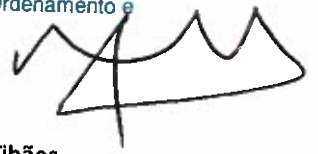


**5.2. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL  
PARA INSTRUÇÃO DE PEDIDO NO ÂMBITO DO RERA E SITO NA  
RUA DE RESENDE, Nº 10, FREGUESIA DE MIRE DE TIBÃES –  
ANTÓNIO ALBERTO PEIXOTO:**

Do Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento, Ordenamento do Território e do Urbanismo,

Submetendo informação circunstanciada relativamente ao pedido de reconhecimento de interesse público municipal, pronunciando-se desfavoravelmente.

À Câmara Municipal.  
18.09.17



Requerente: **António Alberto Peixoto** (2017/450.30.502/8) / Local: Mire de Tibães

## DESPACHO

Considerando:

- a) A informação técnica de 22/02/2018 da DPRRU no âmbito do processo 4258/URB/PED/17, de destacar que *"Todos os pedidos têm enquadramento no RERA, competindo-nos avaliar de que modo se pretende salvaguardar e minimizar os impactos da laboração da atividade na paisagem e no dia-a-dia das comunidades residentes nas envolventes"*;
- b) O parecer **desfavorável** da Junta de Freguesia de Mire de Tibães fundamentado nos documentos anexos;

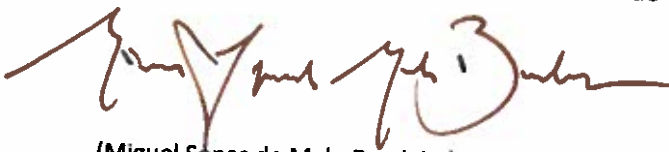
Submete-se à reunião de câmara o processo com o **parecer desfavorável ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal**.

Recomenda-se a regularização de atividade no âmbito do Plano Director em vigor, e/ou a sua avaliação no processo de revisão do Plano Director Municipal, ponderado o impacto da atividade.

Braga, 14 de setembro de 2018

Submete-se à consideração superior o envio à reunião de executivo,

O Vereador do Planeamento, Ordenamento do Território e do Urbanismo,



(Miguel Sopas de Melo Bandeira)



**BRAGA**  
Município

DPRRU-DIV. PLANEAMENTO REV. REGENERAÇÃO URBANA

*ver. MB* *[Signature]*

*Eng. Miguel Resende*

**Processo Obra:** 2017/450.30.502/8  
**Registo de entrada:** E/20689/2017  
**Requerente:** António Alberto Peixoto  
**Local da obra:** Rua de Resende n.º 10, Mire de Tibães

*Remeter D6U*

*Para decisão superior.*

*Tem parecer desfavorável da JF local em função do forte impacto a diversos núcleos, da actual localização*

*10/9/2018*

*Miguel Araújo*

**Informação:** 27637 de 07/09/2018

**Assunto:** António Alberto Peixoto - Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERAE

**Técnico responsável:** Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho

#### **Informação:**

##### **Âmbito do parecer técnico**

1. Pretende-se o reconhecimento do interesse público municipal previsto no n.º 4 do artigo 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07, para a exploração pecuária de António Alberto Peixoto, sita na Rua de Resende n.º 10, em Mire de Tibães.

2. Este pedido veio reforçar o já efetuado pela CAVAGRI para o mesmo fim, no E/5826/2017 de 13/06/2017.

#### **Análise Técnica**

3. Da análise dos documentos que compõem o pedido verifica-se:

- a) O enquadramento do pedido no âmbito do diploma, dado tratar-se de atividade abrangida pela alínea b) do n.º 3 do artigo 1º, e desenvolver atividade por mais de dois anos, como requerido no artigo 2º do RERAE;
- b) É detentora de número de registo de exploração (NRE): 3093475;
- c) Aguarda pela atribuição de título de atividade pela DRAPN;
- d) Identificam-se as disposições regulamentares em incumprimento, nomeadamente parâmetros urbanísticos (índice de utilização máxima, altura de fachada, afastamentos aos limites da propriedade) e incomodidades (cheiros pontuais por altura do esvaziamento da fossa séptica);
- e) Apresenta 58 vacas e respetiva recria (animais destinados a produção de leite), num efetivo de 84 CN;
- f) A exploração pecuária dispõe de uma área total de 8.700 ha, repartida por 13 parcelas, onde se cultivam 8,5 ha de culturas forrageiras de regadio para alimentação dos animais;
- g) Para além dos estábulos, detém sala de leite, sala de ordenha, armazém de resguardo de máquinas e equipamentos, e duas fossas sépticas para armazenamento de efluentes pecuários;
- h) Emprega 4 pessoas;
- i) Apresenta faturação anual na ordem dos 145.000,00€.



4. Face ao PDM:

- a) As construções dedicadas à atividade pecuária encontram-se em solo urbanizado, categoria Espaços de Baixa Densidade de tipo 1;
- b) A parcela de terreno onde se inserem apresenta ainda área em solo rural, inserida simultaneamente na categoria Espaço Agrícola, e na Reserva Agrícola Nacional, face à planta de condicionantes;
- c) Pretende a demolição do estábulo existente para construção de novo, com maior área, a ampliar sobre Espaço Agrícola.

5. O titular da exploração pecuária tem demonstrado desde 2013 intenção e vontade para melhorar as condições da sua exploração pecuária, tendo para o efeito elaborado projeto que mereceu pareceres favoráveis do veterinário municipal e da Autoridade de Saúde Pública – processo de obras n.º 569/2013. Existe uma denúncia que a Junta de Freguesia preferiu manter anónima contra a exploração em apreço. Nos termos do artigo 101º-A do RJUE não são admitidas denúncias anónimas.

6. Em resposta à solicitação do Sr. Vereador Prof. Miguel Bandeira, a Junta de Freguesia de Mire de Tibães enviou a 18 de março cópia da deliberação da reunião de Junta de Freguesia de 12/03/2018, e respetivos anexos. Neste documento emitem parecer desfavorável à regularização da atividade pecuária no presente local, propondo localização alternativa para a exploração pecuária.

7. A localização alternativa proposta incide em Espaço Agrícola, Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que a realocação só será viável se a DRAPN e a CCDRn assim o aceitarem.

8. A legalização de explorações pecuárias ao abrigo do RERAE é uma das ações e medidas de política municipal identificadas no documento "Ações Integradas para o Desenvolvimento Rural" aprovado na Reunião de Câmara de 24/07/2017, estando previsto no protocolo celebrado entre o Município de Braga e a CAVAGRI a 10/01/2018 a implementação de medidas de correção necessárias ao adequado aproveitamento de efluentes gerados, bem como apoiar e estudar soluções coletivas de aproveitamento e redução de impactos ambientais dos efluentes gerados.

9. Anexa-se a esta informação pequeno resumo sobre o enquadramento do RERAE para melhor explicitação do mesmo.

**Proposta de decisão**

10. Decorre do exposto que o pedido tem enquadramento nas disposições do RERAE, e que nestes termos cabe à Assembleia Municipal decidir se existe interesse na regularização extraordinária desta exploração pecuária ao abrigo deste enquadramento legal.

11. Como explicitado no anexo, o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições. Permite que o processo seja analisado à luz do RERAE, demonstrando interesse municipal na resolução da situação, a qual passará por uma conferência decisória presidida pela entidade coordenadora do licenciamento da atividade e onde representante municipal terá assento, e donde resultará uma deliberação que poderá assumir um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.



12. Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERA, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.

13. Em conclusão, deverá o pedido e a sua análise serem remetidos à Assembleia Municipal para decisão sobre o interesse da regularização extraordinária da exploração pecuária ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas e, se a decisão for favorável ao pedido, a emissão da respetiva certidão da deliberação de existência de interesse municipal nessa regularização extraordinária.

14. O envio para reunião de Câmara e Assembleia Municipal deve ser acompanhado com cópias dos documentos constantes no E/5826/2017, E/20689/2017 e I/27608/2018.

A Chefe de Divisão,





ANEXO

1. O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, veio estabelecer, com caráter extraordinário, um regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que:
  - a. Não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade;
  - b. Estejam desconformes com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
  - c. A intenção de alteração ou ampliação não seja compatível com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.
2. A Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, veio prorrogar o prazo para apresentação de candidaturas de regularização extraordinária até 24/07/2017, e prevê no seu artigo 3º a extensão do regime: "Para além do previsto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, podem ainda beneficiar dos regimes a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo os estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio."
3. As candidaturas ao procedimento de regularização extraordinária têm de ser submetidas na entidade licenciadora ou coordenadora da atividade, constando na sua instrução "Deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal" – artigo 5º, 4a). A entidade coordenadora do licenciamento da atividade das explorações pecuárias de Braga é a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.
4. Importa esclarecer que o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições, apenas permite que o processo seja analisado à luz do RERA, demonstrando interesse municipal na resolução da situação.
5. De facto, como constante no artigo 11º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 165/2014, a deliberação da conferência decisória assume um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.
6. Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERA, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.
7. Algumas explorações precisam mesmo de fiscalização mais intensiva para melhorarem quer as condições de alojamento dos animais, quer as infraestruturas de apoio necessárias à atividade, mitigando ou mesmo eliminando eventuais conflitos com a envolvente imediata, e o RERA apresenta-se como uma boa oportunidade para o efeito.
8. Se a oportunidade de regularização extraordinária ao abrigo do RERA for afastada por decisão da Assembleia Municipal, a situação em concreto poderá ser reanalisada em sede de revisão do PDM, apenas no que concerne à classificação e qualificação do solo, e aos parâmetros urbanísticos de cada categoria de espaço (regras gerais e abstratas). As restantes medidas de condicionamento de atividade que poderiam condicionar o licenciamento da atividade da exploração pecuária em concreto, definidas em sede de conferência decisória do procedimento RERA, ficam afastadas.



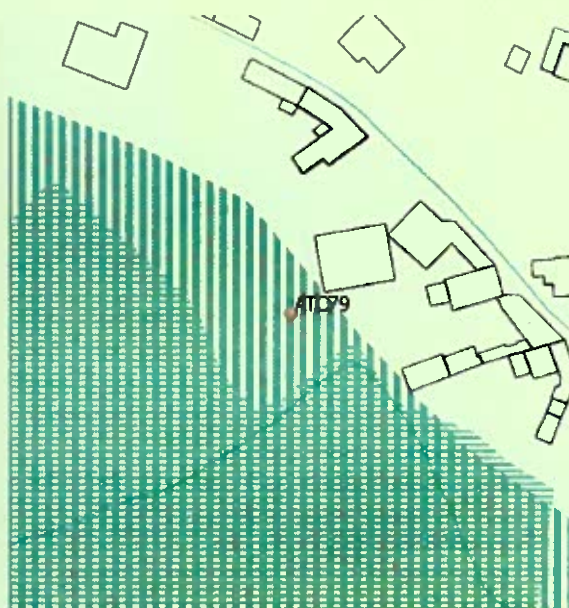
Marca: ATC79  
 Nome: Antonio Alberto Peixoto  
 Licença DRAP: -  
 Sistema: -  
 Tipo: Leite  
 Cabeças Normais: 63,4  
 Postos de Trabalho atuais: 3  
 Expansão: sim

Escala 1:5 000

Localização: Rua de Resende, 10



PDM.Ordenamento - Escala 1:2 000  
 A - Espaços Agrícolas



PDM.Condicionantes - Escala 1:2 000  
 Reserva Agrícola Nacional



**BRAGA**  
 Município

VEREACÃO DOS PELOUROS DA REGENERAÇÃO URBANA, PATRIMÓNIO, LIGACÃO À UNIVERSIDADE, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO

DMUOP / DMPOT / DPRRU

DIVISÃO DE PLANEAMENTO,  
 REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

PROJETO:

DESENHO:

INÉS CALOR, ARQ

PROJETO: VACARIAS - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

LOCAL: MUNICÍPIO DE BRAGA

DESENHO: FICHAS TÉCNICAS

REF: ID 30

DATA: 2018.01.08

ETAPAS: VARIAS

